

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/35622	47243/2025	Proposta à Câmara Municipal

Unidade Administrativa

DOM - UAC [ENTRADAS]

Propósito

Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal

Órgão/Cargo que resolve

Câmara Municipal de Braga

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na presente informação técnica.

Órgão competente para a decisão de contratar: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

Concurso Público: CPE.27.25.DMOSM

Contratação: empreitada de "REPAVIMENTAÇÃO DA AVENIDA DE REQUEIXO";

Preço base (Pb): €618.991,93 (seiscentos e dezoito mil, novecentos e noventa e um euros e noventa e três cêntimo (Sem IVA);

Prazo máximo de execução da empreitada: 120 (cento e vinte) dias.

ASSUNTO: Aprovação da adjudicação da empreitada e aprovação da minuta do contrato.

Submete-se para aprovação o Relatório Final, que se anexa, nomeadamente a aprovação da adjudicação da presente empreitada e aprovação da minuta do contrato.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas

I - INTRODUÇÃO E IDENTIFICAÇÃO:

Concurso Público: CPE.27.25.DMOSM

Contratação: empreitada de “REPAVIMENTAÇÃO DA AVENIDA DE REQUEIXO”;

Preço base (Pb): €618.991,93 (seiscentos e dezoito mil, novecentos e noventa e um euros e noventa e três cêntimo (Sem IVA);

Prazo máximo de execução da empreitada: 120 (cento e vinte) dias.

Reunião efetuada pelo júri do procedimento, em 14/10/2025, para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação em vigor, destinada à elaboração do relatório final, no âmbito do procedimento acima referenciado, cujo anúncio n.º **23259/2025**, foi publicado no Diário da República, Parte L, II série, Número 168, de 2 de setembro de 2025, com o objetivo de ponderar as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, confirmar ou não, a ordenação final das propostas constantes do relatório preliminar e, finalmente, propor a adjudicação e as formalidades legais dela decorrentes.



II – RESULTADO DA AUDIÊNCIA PRÉVIA E ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS:

Em cumprimento do disposto no artigo 147.º do CCP, o júri enviou a todos os concorrentes o relatório preliminar, tendo fixado o prazo de cinco dias úteis para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia.

Durante o prazo acima referido os concorrentes não apresentaram quaisquer reclamações. Nessa medida, o Júri deliberou, por unanimidade, não alterar o projeto de decisão vertido no relatório preliminar de análise e avaliação das propostas e manter a ordenação das propostas.

III – ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS:

Nestes termos, o júri deliberou, por unanimidade, propor:

A ordenação das propostas em resultado da aplicação do critério de adjudicação, nos termos seguintes:

Posição	Identificação do concorrente	Preço	Prazo de execução
1.º	BETUFAM, LDA.	512.954,27€	120 dias
2.º	DOMINGOS PEDROSA BARRETO, LDA	568.735,34€	120 dias
3.º	JOSÉ MOREIRA FERNANDES & FILHOS, S.A.	596.612,25	120 dias
4.º	MARTINS & FILHOS, S.A.	609.059,24€	120 dias
5.º	LIGALOTE, LDA	613.764,63€	120 dias

IV –ADJUDICAÇÃO E FORMALIDADES:

IV.I – Na sequência da ordenação das propostas e pelo facto do concorrente **BETUFAM, LDA.** ter ficado classificado em 1.º lugar, o júri deliberou propor que a empreitada atrás referenciada, lhe seja adjudicada pela quantia de **€512.954,27**, a que acresce o IVA à taxa em vigor e pelo **prazo de execução de 120 dias**.



IV.I.1 – Compromisso

Para os devidos efeitos, junta-se a informação do compromisso n.º 130415 de 29/10/2025.

I.2 – Caução

Face ao valor da adjudicação, é exigida a prestação de uma caução correspondente a 5% do preço contratual, conforme o definido no artigo 24.º do Programa do Concurso.

O modo de prestação da caução é o referido no Programa do Concurso.

I.3 – Documentos de Habilitação

Nos termos do artigo 23.º do Programa do Concurso, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação é de 10 (dez) dias úteis.

I.4 – Contrato Escrito

- **Minuta do contrato**

Propõe-se, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do CCP, a aprovação da minuta do contrato, em anexo, a celebrar com o adjudicatário.

II – Notificação da Adjudicação

Face ao que antecede, e se as propostas aqui formuladas merecerem a aprovação superior, proceder-se-á, nos termos do n.º 1 do artigo 77.º do CCP, ao envio da notificação da adjudicação ao adjudicatário e, em simultâneo, aos restantes concorrentes, a qual será acompanhada do “Relatório Final”.

Nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, o adjudicatário será igualmente notificado:

- Para apresentar os documentos de habilitação exigidos no prazo fixado e nos termos do artigo 81.º do CCP;
- Para se pronunciar sobre a minuta do contrato.

3 de novembro de 2025

O Júri do Procedimento,

Em anexo: Minuta do Contrato; Compromisso; Relatório Preliminar.



MINUTA / CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE.27.25.DMOSM

“REPAVIMENTAÇÃO DA AVENIDA DE REQUEIXO”.

ENTRE

Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **João Vasconcelos Barros Rodrigues**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificada por «**Dono da Obra**»;

E

Segunda: BETUFAM, LDA., com sede na Rua Dr. José Duarte Júnior, Edifício Cabrilho, Bloco 3, União de Freguesias de Montalegre e Padroso, concelho de Montalegre, 5470-248 Montalegre, pessoa coletiva n.º 516016563, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de, sob o mesmo número, com o capital social de €..... (.....), aqui representada por....., na qualidade de....., com poderes para obrigar, conforme....., doravante identificada por «**Empreiteiro**».

Considerando que:

- a) Por decisão do presidente de Câmara Municipal de Braga, de 14 de agosto de 2025, no uso de competência delegada pela Câmara Municipal, em reunião de 18 de outubro de 2021, o dono da obra, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento por **Concurso Público: CPE.27.25.DMOSM**, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as respetivas alterações e republicações em vigor;
- b) A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao presente contrato, a realizar no ano económico em curso, é a seguinte: 07/07030301, de acordo com a informação de cabimento n.º 97611, de 13/08/2025, e a informação de compromisso n.º 130415, de 29/10/2025, e, nos mesmos termos, será satisfeito o respetivo encargo para o ano seguinte, conforme consta da referida informação de compromisso, sendo a respetiva



repartição de encargos autorizada pela Assembleia Municipal de Braga, em sessão de 20 de dezembro de 2024._____

- c) No seguimento do *Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas*, por deliberação da Câmara Municipal de Braga....., o dono da obra adjudicou ao empreiteiro a obra objeto do referenciado procedimento, tendo, em simultâneo, aprovado a minuta do contrato, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do referido Código;_____
- d) O empreiteiro fica subordinado às exigências de interesse público de conclusão atempada da obra, objeto do contrato;_____
- e) Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do contrato, nos termos do artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos;_____

_____É celebrado o presente contrato de empreitada, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam._____

Artigo 1.º
(Objeto do contrato)

_____1. O presente contrato tem por objeto a execução, pelo empreiteiro, dos trabalhos referentes à empreitada de **"REPAVIMENTAÇÃO DA AVENIDA DE REQUEIXO"**, nos termos e condições jurídicas e técnicas constantes dos documentos que instruem o processo do procedimento identificado no considerando a) do presente contrato, e que integram o seu âmbito de aplicação, devidamente concretizados no n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos._____

_____2. Os trabalhos de empreitada desenrolar-se-ão de harmonia com o projeto patenteado no concurso, nos termos e condições constantes da proposta do empreiteiro, designadamente do plano de trabalhos, e obedecerão ao prescrito no caderno de encargos e nas diferentes peças que integram o processo de concurso._____

Artigo 2.º
(Local da obra)

_____Os trabalhos de empreitada serão executados na **freguesia de Sobreposta**, concelho de Braga, conforme indicado nos documentos que integram o processo do procedimento identificado no considerando a)._____

Artigo 3.º
(Preço contratual)

_____O preço contratual a pagar ao empreiteiro, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do



contrato, é o de **€ 512.954,27 (quinhentos e doze mil, novecentos e cinquenta e quatro euros e vinte e sete cêntimos)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor. _____

Artigo 4.º

(Condições de pagamento)

____ 1. A forma, os prazos e os demais termos de processamento dos pagamentos são os previstos nas cláusulas gerais do caderno de encargos. _____

____ 2. No âmbito da execução do presente contrato, o empreiteiro fica obrigado, em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, a emitir faturas eletrónicas. _____

Artigo 5.º

(Revisão de preços)

____ 1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, e obedecerá à fórmula prevista na cláusula 36.ª das cláusulas gerais do caderno de encargos. _____

____ 2. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos. _____

____ 3. Caso a revisão de preços venha a ser de sinal negativo, o empreiteiro fica obrigado a proceder ao pagamento do valor em dívida ao dono da obra, no prazo equivalente ao prazo de pagamento definido na cláusula 32.ª, n.º 6 do caderno de encargos, ou seja 60 (sessenta) dias, a contar da respetiva notificação, sob pena de execução da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais. _____

Artigo 6.º

(Prazos de execução da empreitada)

____ O prazo de execução dos trabalhos referentes à presente empreitada é de **120 dias**, contados da data da consignação da obra, devendo os trabalhos estar perfeita e integralmente concluídos, cumprido que esteja aquele prazo, nos termos previstos na cláusula 11.ª do caderno de encargos, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 362.º do Código dos Contratos Públicos. _____

Artigo 7.º

(Cessão da posição contratual)

____ 1. A cessão da posição contratual por parte do empreiteiro, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do Código dos Contratos



Públicos, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 318.º do referido Código. _____

____2. A apresentação, por parte do empreiteiro, do pedido de autorização ao dono da obra não suspende a normal execução do contrato, permanecendo o empreiteiro integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais. _____

____3. O dono da obra autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade. _____

____4. Caso o dono da obra não autorize a pretendida cessão de posição contratual no prazo de 8 (oito) dias contados da apresentação do respetivo requerimento, considera-se a pretensão indeferida. _____

____5. A cessão de posição contratual pelo dono da obra produzir-se-á por notificação dirigida ao empreiteiro, sem prejuízo do disposto no artigo 324.º do Código dos Contratos Públicos. _____

Artigo 8.º

(Cessão da posição contratual por incumprimento do empreiteiro)

____1. O dono da obra pode, nos termos previstos no artigo 318.º-A, do Código dos Contratos Públicos, impor ao empreiteiro a cessão da sua posição no contrato, em caso de incumprimento das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato. _____

____2. A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do dono da obra, sendo eficaz a partir da data indicada por este. _____

Artigo 9.º

(Subcontratação)

____1. A subcontratação, por parte do empreiteiro, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do Código dos Contratos Públicos, ou já assumida expressamente na proposta, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 318.º do referido Código. _____

____2. A autorização à subcontratação pelo empreiteiro rege-se pelo disposto no artigo 319.º do Código dos Contratos Públicos. _____

Artigo 10.º

(Caução)

____1. Para garantia da celebração do presente contrato, bem como do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, a adjudicatária



prestou uma caução, no montante de €..... (.....), correspondente a 5% do preço contratual, mediante.....

____2. Para reforço da caução prestada, proceder-se-á à retenção de 5% em todos os pagamentos, nos termos do disposto no artigo 353.º do Código dos Contratos Públicos._____

Artigo 11.º
(Liberação da caução)

____A caução será liberada nos termos previstos no artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos._____

Artigo 12.º
(Gestor do contrato)

____1. O dono da obra designa **O Eng.º Rui Dias**, como gestor do presente contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo do disposto no número seguinte._____

____2. Fica reservado ao órgão decisor do dono da obra a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitante à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato._____

____3. O dono da obra poderá, a todo o tempo e mediante notificação simples dirigida ao empreiteiro, substituir o gestor do contrato._____

Artigo 13.º
(Comunicações e notificações)

____1. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o dono da obra e o empreiteiro, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados._____

____2. Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do Código dos Contratos Públicos, os outorgantes convencionam as informações de contacto seguintes:_____

____a) Primeira outorgante e aqui dono da obra: rui.dias@cm-braga.pt_____

____b) Segunda outorgante e aqui empreiteiro: geral@betufam.pt_____

____3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição._____

____4. Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem-sucedido._____



_____. 5. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte._____

Artigo 14.º

(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)

_____. 1. O empreiteiro obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo dono da obra ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.____

_____. 2. Os dados pessoais a que o empreiteiro tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do dono da obra._____

_____. 3. O empreiteiro compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo dono da obra._____

_____. 4. No caso em que o empreiteiro seja autorizado pelo dono da obra a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas._____

_____. 5. O empreiteiro obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na **Lei da Proteção de Dados Pessoais** (Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, doravante designada por LPDP), e demais legislação aplicável, em particular o **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016**, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o empreiteiro celebre com outras entidades por si subcontratadas._____

_____. 6. O empreiteiro obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:_____

_____. a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;_____

_____. b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;_____



____c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;_____

____d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;_____

____e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;_____

____f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o dono da obra informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;_____

____g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato._____

____7. O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato._____

____8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador._____

____9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra._____



Artigo 15.º
(Invalidade parcial)

____Se alguma das disposições deste contrato vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor._____

Artigo 16.º
(Foro competente)

____Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência dos tribunais ou júzos especializados em razão da matéria que se encontrem na jurisdição do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga._____

Artigo 17.º
(Legislação aplicável)

____Em tudo, o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, e no Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros._____

Artigo 18.º
(Despesas do contrato e encargos do empreiteiro)

____1. Todas as despesas com a celebração do presente contrato serão da responsabilidade do empreiteiro._____

____2. Constituem encargo do empreiteiro as despesas relativas à prestação da caução e resultantes do pagamento dos prémios dos seguros exigidos._____

Artigo 19.º
(Vigência)

____O presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura._____

____Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar digitalmente o presente contrato, considerando-se a data efetiva da sua celebração a data de aposição da última assinatura._____

Pelo Dono da Obra,

Pelo Empreiteiro,

(João Vasconcelos Barros Rodrigues)

(.....)

